

Veja como foi primeiro dia da Cúpula do P20

Primeiro dia focado em combate a desigualdade de gênero

Por Gabriela Gallo

Começou a 10ª Cúpula do P20, encontro de parlamentares dos países que compõem o G20, no Congresso Nacional. Nesta quarta-feira (6), primeiro dia de evento, os parlamentares presentes focaram seus discursos no combate a desigualdade de gênero e os impactos climáticos para gênero. Nesta quinta-feira (7), o foco será no combate à fome, à pobreza e à desigualdade e, no encerramento da Cúpula, nesta sexta-feira (8), os parlamentares discutirão os desafios e estratégias para a “construção de uma governança global adaptada aos desafios do século XXI”.

Representatividade

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), abriu o evento, acompanhado da Coordenadora Geral dos Direitos da Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e a líder da bancada feminina no Senado, senadora Leila Barros (PDT-DF). O foco da primeira sessão do dia foi a discussão acerca da representatividade feminina na política – ou melhor, a falta dela.

“Não há como falar do combate à fome, à pobreza e à desigualdade se não avançarmos na promoção da igualdade de gênero. Não há como falar de impacto ambiental sem falar de mulheres”, destacou Lira em seu discurso de abertura.

Na sessão, Leila Barros e Benedita da Silva destacaram a entrega da Carta de Alagoas, documento produzindo pelas parlamentares femininas que apre-



Tulia Ackson (esquerda), acompanhada de Leila Barros, Lira e Benedita da Silva

sentam uma série de alternativas para aumentar a presença de mulheres no Congresso Nacional e, consequentemente, nos espaços de poder. Dentre as alternativas, está a recomendação de que anualmente, “as sessões de trabalho do P20 sejam iniciadas com a Reunião de Mulheres Parlamentares” para fortalecer o espaço como uma forma de “diálogo, troca de experiências, priorização e promoção da igualdade”.

A presidente da União Interparlamentar, Tulia Ackson, pontuou que “as mulheres são apenas 27% das parlamentares globalmente” e desse total, “somente 23% são presidentes de parlamento”. Dentre os fatores que impedem e limitam as candidaturas (e vitórias) de candidatas femininas está uma série de fatores ligados ao patriarcado, como a violência política e a dependência financeira – o que também se aplica no Brasil.

Segundo Ackson, é necessário se alcançar a paridade para que as ações e decisões políticas possam de fato refletir a diversidade na sociedade. “Ainda estamos atrasadas para fazer com que nossas leis e políticas incorporem as perspectivas de mulheres. Precisamos assegurar voz às mulheres e, principalmente, superar as barreiras que as impedem de participar da vida política, como a discriminação, o assédio e a violência baseada em gênero, on-line e off-line”, reforçou.

Mudanças climáticas

Outra medida que consta na Carta proposta pelas brasileiras é: “Promover a transversalização de gênero na função parlamentar e governamental, com perspectiva interseccional, e alocar os recursos financeiros, técnicos e humanos necessários para tal, de maneira a desenvolver agendas e propostas legislativas, bem

como conduzir reformas legais sensíveis a gênero, inclusive relacionadas ao clima, a fim de fortalecer os direitos humanos das mulheres e das meninas, em sua diversidade, e de promover os princípios de não discriminação e de igualdade perante a lei”.

Esse tópico da carta, especialmente o foco em conduções de sessões adaptadas às mudanças climáticas, também relacionado a segunda sessão: “Justiça climática e desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero e raça”.

Tulia Ackson também destacou que as mulheres rurais são as que mais estão sujeitas e expostas às mudanças climáticas e também à insegurança alimentar. Diante disso, ela destacou que, quanto mais mulheres nos parlamentos, mais esse tema será debatido e, consequentemente, mais rapidamente serão quebradas as mais barreiras na busca de políticas de justiça climática.

STF vê lacunas no projeto de leis das emendas parlamentares

Antônio Augusto/SCO/STF

Ministros do STF ouvidos pela reportagem afirmam que as propostas em discussão no Congresso Nacional para adequar as emendas parlamentares às exigências do tribunal têm lacunas e não atendem por completo as decisões do Supremo Tribunal Federal.

A posição dos magistrados, porém, tem sido a de evitar comentários públicos sobre o assunto, já que cabe ao Congresso definir a nova legislação.

A avaliação de três ministros e dois auxiliares ouvidos sob reserva é a de que o Supremo só deve se debruçar sobre o mérito das propostas quando o Congresso aprovar a nova lei e o presidente Lula (PT) sancioná-la, o que não tem prazo para ocorrer.

Na noite de terça-feira (5), a Câmara aprovou um projeto que cria novas regras para as emendas. O texto agora segue para o Senado, onde há também um outro projeto protocolado.

O desfecho, no entanto, ainda parece distante e dificilmente será alcançado neste mês, na avaliação dos ministros. Não se descarta que o tema só volte ao plenário do Supremo em 2025.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na terça que espera a aprovação da proposta sobre o tema até o fim de novembro.

“O importante é que o Congresso Nacional como um todo entregue uma disciplina sobre as emendas na linha do que deseja o Parlamento, o que deseja o Executivo e obedecendo às regras constitucionais também para garantir a aprovação em eventuais discus-



Ministros querem evitar comentários públicos sobre o assunto

sões judicializadas no âmbito do Supremo”, disse.

As principais lacunas seriam a manutenção da possibilidade de emendas coletivas, como as de comissão, serem cooptadas por poucos parlamentares influentes. As novas regras para as chamadas emendas Pix, que hoje não são enviadas para um objetivo específico, seguem consideradas muito amplas.

As propostas avançariam de forma positiva, porém, ao definir que emendas de bancadas devem atender a projetos estruturantes, proibindo o uso individualizado, e que o montante será reajustado anualmente por índices vinculados ao arcabouço ou à inflação.

O objetivo do Congresso com as novas regras é autorizar o pagamento das emendas parlamentares a partir do próximo ano. Para desbloquear a verba travada deste ano, será necessário reformular os portais da transparência e dar pu-

blicidade ao processo de alocação do dinheiro.

O ministro Flávio Dino recebeu parlamentares autores de propostas sobre as emendas. Conversou com o senador Angelo Coronel (PSD-BA) na última quarta-feira (30) e, na quinta (31), com o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

Nas duas reuniões, Dino ouviu as propostas e não fez comentários específicos sobre as regras estipuladas nos textos. Ele se limitou a destacar ponto a ponto a decisão do plenário do Supremo, que determinou a reformulação das emendas parlamentares.

A proximidade de Rubens com Dino foi um dos argumentos apresentados no Congresso para indicar que o ministro do Supremo teria avalizado a proposta do deputado.

Ação no STF

O foco inicial dos processos

era a transparência das emendas de relator - mecanismo criado pelo Congresso durante o governo Jair Bolsonaro (PL) para concentrar a destinação de recursos para redutos eleitorais de políticos como moeda de troca em negociações.

A ação sobre essa modalidade acabou sendo usada para questionar a constitucionalidade das emendas de comissão. O Congresso turbinou a verba após o fim das emendas de relator - mantendo a falta de transparência e o uso do dinheiro para atender seus redutos eleitorais.

Foi Dino quem decidiu, em agosto passado, suspender o pagamento das emendas até que haja “prévia e total rastreabilidade”. O bloqueio às emendas foi confirmado pelo plenário do Supremo, por unanimidade.

A decisão tratava de assuntos mais amplos, como a necessidade de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares e a eficiência dessa verba na entrega de bens e serviços à sociedade.

Essa decisão do STF se refere a emendas já em execução. O projeto de lei que avançou na Câmara define regras para o cenário futuro, a partir do Orçamento de 2025.

Em reunião entre os ministros do Supremo, os presidentes da Câmara e do Senado e o ministro Jorge Messias, da AGU (Advocacia-Geral da União), foi fechado um acordo para que o Congresso aprovasse uma lei definindo novas normas sobre o tema.

Por César Feitosa (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Motta: deputados viraram “unidades orçamentárias”

Psol, Novo e PL foram contra projeto de emendas

Psol, Novo e 43 dos 71 deputados presentes do PL votaram contra o projeto que regulamenta emendas parlamentares, aprovado na noite de segunda por 330 votos contra 74.

Durante a votação, integrantes do partido de Jair Bolsonaro criticam o que classificaram de interferência indevida do Supremo Tribunal Federal em algo que classificam ser de competência exclusiva

do Congresso. A proposta foi criada por exigência do ministro Flávio Dino, que cobrou maior detalhamento nas emendas.

Já o Psol criticou o excesso de recursos disponibilizados para os parlamentares. “Cada deputado virou uma unidade orçamentária”, critica Tarcísio Motta (Psol-RJ). Para ele, o projeto representa um avanço, mas não garante a transparência exigida pelo STF.

Balcão

Frisa que os parlamentares definirão o destino de 25% dos R\$ 250 bilhões que o governo federal dispõe para gastar livremente. “O Congresso virou um balcão de negócios. Não tem reunião em que não se fale de emendas, são muitos pedidos de destinação de verbas”, diz.

Moeda

Motta diz que não haverá como dar transparência às emendas determinadas por comissões permanentes da Câmara e do Senado, que somarão R\$ 11,5 bilhões. Como estas não são de execução obrigatória, servirão de moeda de troca do governo para conquistar votos.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Elmar Nascimento

Parlamentares conseguem prioridade nas emendas pix

O substitutivo ao projeto aprovado pela Câmara fez um carinho nos parlamentares. O projeto previa que as emendas pix — transferências especiais — seriam destinadas preferencialmente a “obras inacabadas”.

Depois da negociação conduzida pelo relator, Elmar Nascimento (União-BA), a frase ganhou o

adendo “de sua autoria” — a prioridade será para obras que já haviam recebido recursos do próprio parlamentar.

Como a coluna destacou ontem, uma das principais divergências estavam relacionadas a barreiras impostas às emendas pix. Hoje, parlamentares podem destinar sem sequer especificar sua finalidade.

TCU

A Câmara estabeleceu a obrigatoriedade de especificação de agência e conta bancária onde os recursos serão depositados. Será preciso também definir os objetivos da transferência, que passam a ficar sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Pressa

O projeto será examinado pelo Senado, mas deverá ser aprovado rapidamente para que as emendas voltem a ser pagas — Dino proibiu os repasses até que o tema fosse regulamentado. Resta saber se ele vai considerar satisfatórias as medidas que serão aprovadas.

Redução 1

A enfermeira Mara Maely Oliveira Roque conseguiu no Tribunal Superior do Trabalho manter o direito de redução de 36 horas para 18 horas sua jornada de trabalho sem redução salarial. Isto, para dar assistência à filha, diagnosticada com Síndrome de Down.

Redução 2

Ela trabalha na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao Ministério da Educação e que administra hospitais de universidades federais. A empresa alegou que não havia previsão legal para a concessão, mas a tese não foi aceita pelo TST.